



Os espaços de ensino e estrutura organizacional do colégio jesuíta de São Fiel em Portugal (1863-1910)

Ernesto Candeias Martins *

Resumo: A temática aborda o estabelecimento jesuíta português do Colégio de São Fiel (1863-1910), na região centro do interior de Portugal, numa perspetiva historiográfica, incidindo sobre organização, espaços e metodologia de ensino, na base *Modus Parisiensis* e *Ratio Studiorum*. Sendo uma pesquisa histórico-documental e descritivo, utilizaremos argumentação hermenêutica, espriada nos pontos de abordagem: compreender o ensino jesuíta na base da pedagogia inaciana e *Ratio Studiorum*; analisar Colégio na sua governança e estrutura organizativa escolar; compreender o papel dos espaços na construção socio-histórica e cultural e o processo formativo dos colegiais; analisar o espaço e tempo escolar como fatores determinantes no ensino e germinadores da metodologia jesuítica. O estudo ancora a sua reflexão na arquitetura escolar (lugar de memória), nos espaços e no tempo formativo, no modelo organizacional de ensino. Este famoso Colégio de instrução elementar/complementar e secundária, foi procurado por muitas famílias na época, destacando-se nele os alunos Egas Moniz (Prémio Nobel da Medicina), Cabral Moncada (catedrático Direito Univ. de Coimbra) e muitos outros que enveredaram pela vida civil e sacerdócio (afamados bispos). Os resultados permitiram concluir que as metodologias de ensino dos jesuítas, deram muitos contributos à História da Educação, em especial na organização da sala de aula e no sistema de aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino jesuíta; Colégio de São Fiel; Espaços educativos; Arquitetura escolar; Memória histórica.

* Doutor em Educação/Ciências da Educação pela Universitat de les Illes Balears. Professor Coordenador C/ Agregação no Instituto Politécnico de Castelo Branco/Escola Superior de Educação (IPCB). E-mail: ernesto@ipcb.pt ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4841-1215>.

**The teaching spaces and
organizational structure of the
Jesuit college of São Fiel in Portugal
(1863-1910)**

Abstract: This study addresses the Portuguese Jesuit establishment of the College of São Fiel (1863-1910), in the central interior of Portugal, from a historiographical perspective, focusing on organization, spaces, and teaching methodology, based on the *Modus Parisiensis* and *Ratio Studiorum*. Being a historical-documentary and descriptive research, we will use hermeneutic argumentation, spread across the following points of approach: understanding Jesuit teaching based on Ignatian pedagogy and *Ratio Studiorum*; analyzing the College in its governance and organizational structure; understanding the role of spaces in the socio-historical and cultural construction and the formative process of the students; analyzing school space and time as determining factors in teaching and as germinators of Jesuit methodology. The study anchors its reflection in school architecture (a place of memory), in spaces and formative time, and in the organizational model of teaching. This famous elementary/complementary and secondary school was sought after by many families at the time, and its alumni included Egas Moniz (Nobel

**Les espaces d'enseignement et la
structure organisationnelle du collège
jesuite de São Fiel au Portugal (1863-
1910)**

Résumé: Cette étude porte sur l'établissement jésuite portugais du Collège de São Fiel (1863-1910), situé au centre du Portugal, dans une perspective historiographique. Elle s'intéresse à son organisation, à ses espaces et à sa méthodologie pédagogique, fondée sur le *Modus Parisiensis* et la *Ratio Studiorum*. Recherche historico-documentaire et descriptive, elle adopte une argumentation herméneutique articulée autour des axes suivants : la compréhension de l'enseignement jésuite à la lumière de la pédagogie ignatienne et de la *Ratio Studiorum* ; l'analyse du Collège, notamment de sa gouvernance et de sa structure organisationnelle ; la compréhension du rôle des espaces dans la construction socio-historique et culturelle et le processus de formation des élèves ; l'analyse de l'espace et du temps scolaires comme facteurs déterminants de l'enseignement et vecteurs de la méthodologie jésuite. L'étude ancre sa réflexion dans l'architecture scolaire (lieu de mémoire), dans les espaces et le temps de formation, ainsi que dans le modèle organisationnel de l'enseignement. Cette célèbre école primaire et secondaire était très prisée à l'époque, et parmi ses anciens élèves figuraient Egas Moniz (prix Nobel de

Prize in Medicine), Cabral Moncada (Professor of Law at the University of Coimbra), and many others who went on to pursue civil life and the priesthood (renowned bishops). The results allowed us to conclude that the Jesuit teaching methodologies made many contributions to the History of Education, especially in the organization of the classroom and the learning system.

Key-words: Jesuit teaching; Holy Faithful College; Educational spaces; School architecture; Historical memory.

médecine), Cabral Moncada (professeur de droit à l'université de Coimbra), et bien d'autres qui ont ensuite embrassé la vie civile et le sacerdoce (notamment des évêques renommés). Les résultats nous ont permis de conclure que les méthodologies pédagogiques jésuites ont apporté de nombreuses contributions à l'histoire de l'éducation, notamment dans l'organisation de la classe et le système d'apprentissage.

Mots-clés: Enseignement jésuite; Collège Saint Fidèle; Espaces éducatifs; Architecture scolaire; Mémoire historique.

Introdução

Os edifícios (arquitetura) e os cenários escolares são lugares com uma carga simbólica, representando e reproduzindo uma concepção de educação, para além de configurem determinadas representações socioculturais, mesmo de forma silenciosa. Os espaços, como construção socio-histórica e cultural, são como instrumentos de controlo, lugares de memória, âmbitos de sociabilidade destinados a reproduzirem uma ordem social, moral e ideológica. Assim, no texto, abordamos historicamente o espaço escolar, na organização dos colégios jesuítas portugueses e, em especial, no Colégio de São Fiel, sito em Louriçal do Campo, pertencente inicialmente ao concelho de S. Vicente da Beira (extinto em 1895) e, depois, ao de Castelo Branco (região interior da Beira Baixa). Esse estabelecimento sob administração jesuíta sucedeu ao Orfanato, fundado por Frei Agostinho de Anunciação (1802-1874) e que, desde a sua origem, teve em termos de arquitetura e espaços uma evolução resumida em três períodos, com a respetiva designação: Período “Orfanato para Meninos Órfãos” (1850-1852) de assistência educativa a crianças órfãos, abandonados e pobres; Período de “Seminário de Educação” (1852-1862) que coincide com a autorização do Ministério de Instrução de abertura do estabelecimento de ensino (Portaria de 1852) e entrada, em 1862, dos jesuítas na instituição; Período jesuítico do Colégio de São Fiel (1863-1910) iniciado com compra (escritura) a Frei Agostinho da Anunciação por três jesuítas estrangeiros.

De facto, este colégio insere-se dentro das instituições particulares de ensino, na base da *Ratio Studiorum* dos jesuítas, que seguia as diretrizes oficiais do ensino na época em termos de plano curricular básico, realizando os alunos de São Fiel exames no Liceu de Castelo Branco (havia residência para os alunos se instalarem nesse período) e/ou Liceu de Coimbra (casas alugadas pelos jesuítas, onde permaneciam os alunos). Da consulta ao espólio - Livros de Assentamento e Termos dos Alunos Admissão a exame no Liceu de Castelo Branco, verificámos a exigência no ato inscrição dos seguintes dados: nome do aluno, filiação e naturalidade (lugar, concelho/distrito), nome da escola, disciplina (s) a que se apresenta (curso

geral ou liceal), referência despacho de admissão, certidão de nascimento e documento comprovativo do pago da propina.

A nossa pesquisa historiográfica (período de meados do séc. XIX e princípios do séc. XX) teve como bússola em termos de análise às fontes arquivísticas e documentais no Arquivo da Cúria Provincial da Companhia de Jesus (espólio residual) e Arquivo da Revista “Brotéria”, em Lisboa, na Escola Secundária Nuno Álvares de Castelo Branco e Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, onde existem documentos da instituição, já que a sua maioria se perdeu ou foi destruída, aquando da implantação da República (5/10/1910) e perseguição aos jesuítas. Metodologicamente este conhecimento documental levou algum tempo a ser localizado nesses arquivos e centros de documentação (cruzamento de fontes de literatura) e teve a colaboração dos seus responsáveis que permitiram o seu acesso. Recorremos a fontes primárias/secundárias sobre temática existentes em bibliotecas (Biblioteca Nacional-Instituto do Livro, Biblioteca Municipal de Castelo Branco e biblioteca Universidade Católica de Braga-Jesuíta). Todo este manancial de documentos implicou estabelecer o propósito do estudo: Analisar e compreender o ensino e organização formativa dos jesuítas nos seus colégios, em particular, no de São Fiel (1863-1910).

De facto, o estudo insere-se no âmbito da História da Educação e da “Nova” História Cultural da Educação, mas em sintonia com a “nova” História da Cultura (Material) Escolar e História das Instituições Educativas e, ainda com as práticas educativas e/ou pedagógicas realizadas nessas instituições (Viñao, 2004, p. 279). Ao ser de teor histórico-documental e descritivo utilizámos a argumentação hermenêutica – análise de conteúdo, espalhada em quatro pontos de abordagem: o ensino e a formação da pedagogia inaciana e da *Ratio Studiorum*; os colégios dos jesuítas como estruturas organizativas de educação/ensino; os espaços escolares como construção socio-histórica e cultural; espaço e tempo escolar fatores determinantes na estrutura do estabelecimento e germinadores da pedagogia e metodologia jesuítica de ensinar. Tivemos uma reflexão específica dos espaços escolares (lugar de memória) na organização educativa do Colégio

de São Fiel, que constituíam a base da instrução elementar, complementar e secundário ministrada (Ferrão, 1910).

Ao longo da sua atividade, o Colégio teve dois Regulamentos. O primeiro de 1876 compunha-se de quatro capítulos, num total de 64 artigos, relacionando o comportamento religioso, disciplinar, escolar e civil. O Regulamento de 1897, elaborado após a Reforma do Ensino de Jaime Moniz, em 1895, compunha-se também de quatro capítulos, num total de 48 artigos, dando ênfase ao comportamento escolar. Da análise aos “Annuários” verificados o número de alunos manteve-se mais ou menos com índices de frequência inalterado, chegando a atingir meia centena de alunos, com uma média de 23 alunos por turma, no período de 1873-1882, enquanto no mesmo período, o número de alunos do ensino secundário foi ascendente, passando de 15 para 170 alunos no curso (Lages, 1883, p. 17). O Colégio no ato do seu encerramento em outubro de 1910, tinha a viver e a trabalhar nele 50 jesuítas e 367 alunos inscritos. Podemos afirmar pelo estudo que o Colégio, além de ser uma referência nacional na época e ter formado muitos alunos para a sociedade portuguesas, aprofundou alguns métodos/metodologias de ensino que, depois foram tidas em conta, incluindo na escola pública.

1.-O ensino e a formação dada nos colégios pelos jesuítas

A Companhia de Jesus (aprovada em 1540) foi fundada por São Inácio de Loiola e outros companheiros, entre os quais Francisco Xavier, Pedro Fabro e o português Simão Rodrigues tendo desde as suas origens criado colégios de ensino, como o Colégio de Santa Bárbara em Paris, ligado à Universidade da Sorbonne de Paris e dirigido pelo português Diogo de Gouveia. Aplicavam o *Modus Parisiensi*, a qual influenciou a elaboração do *Ratio Studiorum* e a pedagogia do colégio jesuíta, criado em Messina (Carvalho, 1986, p. 331). Aquele documento pedagógico, usado escolas/seminários jesuítas, foi publicado por Cláudio Acquaviva (Sj) em 1586 (manteve-se sem alteração até 1832), acompanhou expansão jesuítica

na Europa (Lopes, 2002). Era o método prático de ensino nos colégios: tipo de aula/classe, currículo, horários e métodos.

A principal função da educação jesuíta era os ensinamentos, para que o caráter moral e a devoção religiosa se tornassem habitual em toda a aprendizagem (Rodrigues, 1917). Os padres professores, com personalidades fortes e bem treinados, foram essenciais nos colégios, mantendo uma constante avaliação e análises reflexivas (tutorias) sobre a aprendizagem dos alunos, nos critérios de escolha dos recursos e meios essenciais ao seu processo formativo. Eram professores talentosos, bem preparados e inspiradores do ideal da Companhia. Seguiam o *Modus Parisiensi*, considerado como a melhor metodologia de ensino e o *Ratio Studiorum* os quais tiveram as suas raízes monásticas do tempo escolar, convergindo essas lógicas nos métodos adotados nos colégios jesuítas, que persistem até atualidade. Afirma Husti (1985, p. 119) que:

[...] A grande importância que o *Ratio Studiorum* concede à organização temporal dos estudos é a razão que nos conduz a fazer a análise desta carta pedagógica que foi durante trezentos anos o “código escolar obrigatório” das escolas Jesuítas e que influenciou largamente o modelo de emprego do tempo na maior parte dos países da Europa.

Na perspectiva de alguns estudiosos como João Barroso (2001, p. 71) analisando a realidade dos colégios jesuítas e do método *Ratio Studiorum*, sublinha que “[...] na primeira versão [1586] o plano organiza-se segundo o currículo das diferentes classes”, mas no texto definitivo a tônica é colocada na organização pedagógica, ao recorrerem a uma hierarquia de poderes e funções, muito complexa e precisa. Realça este investigador que “[...] a passagem de uma organização pedagógica para uma organização administrativa parece ser um dos traços mais específicos da administração escolar”, tem raízes seculares (Barroso, 2001, p. 72). Igualmente J. Ferreira Gomes (1995, p. 40) pormenoriza os métodos adotados pela pedagogia jesuíta, indicando que alguns deles “seriam hoje atuais” e justifica-se dando vários exemplos elucidativos da aplicação dessas orientações seculares ao tempo de hoje: “[...] Uma regra do *Ratio* ainda hoje inteiramente atual e que

seria bom que fosse adotada em todas as nossas escolas é a que mandava que se concedesse aos alunos – fossem eles da Companhia ou não”, o que constitui “[...] um bom tempo [reservado] ao estudo privado”. Outra regra da *Ratio*, a norma nº 16 das Regras do Professor de Filosofia, solicitava que, no fim das aulas, os alunos, em grupos de dez, procedessem à repetição da matéria prelecionada, ou seja, no dizer de J. F. Gomes (1995, p. 40), dispunha: “[...] No fim da aula, alguns alunos, cerca de dez, repetiam entre si, por meia hora, o que ouviram e um dos jesuítas, se possível, presidia à decúria”. De forma idêntica a Regra nº 25 das Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores a repetição da lição do dia e da véspera, ou toda por um só aluno, ou melhor em parte, por vários, a fim de que se exercitassem todos. O *Ratio Studiorum* constituiu-se num valioso instrumento metodológico para incrementar a atividade e a formação nos alunos, incluindo: “[...] O assunto das tragédias e comédias, que convém sejam raras e só em língua latina, deve ser sagrado e piedoso; nada de haver nos entreatos que não seja em latim e conveniente; personagens e hábitos femininos são proibidos” (Gomes, 1995, p. 41). O teatro e as récitas foram muito praticados nos Colégios, embora com algumas cautelas e limites. Entre as 466 Regras, integradas no *Ratio*, algumas delas merecem ainda inspiração para os pedagogos de hoje

2.-O Colégio de São Fiel: A estrutura organizativa do ensino

Uma das prioridades da Companhia foi criar uma rede de ensino (particular), que em Portugal foi uma das maiores até ao séc. XX (Lajes, 1883). Em todos os colégios, o ensino era aberto a todas as classes sociais (alunos pensionistas), havendo uma percentagem de vagas gratuitas para os filhos de famílias com escassas posses. Quando, a meados do século XIX, a Companhia de Jesus regressou a Portugal, os jesuítas estavam muito descredibilizados, devido à campanha pombalina a finais do séc. XVIII, que os expulsou e perseguiu, inclusive no Brasil. Para conseguirem uma maior aceitação no país, compreenderam que se tinham de se empenhar ativamente

no ensino e na prática das ciências (Ribeiro; Bulhões, 2014). Por esta razão, estabeleceram no Colégio de Campolide e no de São Fiel o ensino das ciências, o qual teve um papel destacado nível nacional. Abono da verdade comparando com o ensino dos liceus portugueses na altura, o ensino jesuítico tinha uma forte componente experimental e científica (laboratórios, museus e metodologia observacional) que superava os estabelecimentos públicos.

O Colégio de Campolide de Lisboa, fundado em 1858, pelo Padre Carlos Rademaker, restaurador da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, teve um grande prestígio pela sua pedagogia, ensino das ciências, academias e laboratórios. Foi encerrado com a expulsão dos jesuítas em 1910. Enquanto ao Colégio de São Fiel, situado em Louriçal do Campo (perto da cidade de Castelo Branco), região da Beira Baixa, teve origem no Orfanato criado pelo franciscano Frei Agostinho da Anunciação (diretor espiritual/confessor da infanta D. Isabel M^a de Bragança), em 1852, mas devido a dificuldades económicas e incapacidade de ter um corpo docente adequado e permanente, intercedeu junto do Papa Pio IX sobre o destino a dar e este pontífice incumbiu a Companhia de Jesus que assumisse essa instituição educativa (Romeiras, 2015).

São Fiel foi um colégio impregnado de ciência e arte, convertendo-se num centro cultural de referência no país, a quem as famílias com algumas posses recorriam para educar os seus filhos (Ferrão, 1910). Neste colégio e no de Campolide, para além das disciplinas de letras, como Latim, Retórica e Gramática, houve um forte investimento em disciplinas de ciências (Matemática, Física, Química e História Natural). Não faltavam as Academias Científicas e, no caso de S. Fiel, a instalação de um Observatório Meteorológico (fornecia dados para Lisboa), incluído na lista dos observatórios oficiais de Portugal. Os jesuítas empenharam-se muito nesse ensino científico, de tal modo que nele se formaram, a maior parte para a vida religiosa ou eclesiástica, outros muitos alunos, por exemplo: Prémio Nobel de Medicina, António Egas Moniz e Luís Cabral de Moncada (ilustre catedrático de direito da universidade de Coimbra) (Rodrigues, 1935). O alto nível científico do corpo docente em S. Fiel foi reconhecido e os seus

docentes investigadores foram membros fundadores da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais. Também nele se fundou a revista “Brotéria”, em 1902, pelo Padre Silva Tavares, que foi uma afamada revista científica (nacional, internacional) no campo das ciências naturais, mantendo-se até aos dias de hoje (Romeiras, 2015). O investimento no ensino e na prática das ciências fez que a revista publicasse artigos de zoologia e botânica que tiveram os maiores elogios de cientistas portugueses e estrangeiros.

Na verdade, os colégios dos jesuítas destacavam-se na sua estrutura organizativa dirigente, bem expressa nas figuras do Reitor, do Perfeito e do padre espiritual (tutor). Entre os sacerdotes, os “irmãos coadjutores”, mantinham a ordem exterior e material da instituição, ou seja, ajudavam nos trabalhos quotidianos e os jovens licenciados (“mestres jovens” com curso geral – filosofia antes de começar o Curso de Teologia) desempenhavam alguns cargos junto dos alunos e da sua família, especialmente para motivar os primeiros para o estudo e na formação. Nas funções educativas estavam os professores e os inspetores para ministrarem as matérias da docência nos cursos e, ainda manterem a disciplina (Revuelta González, 1998).

A categoria do corpo docente (sacerdotes e “mestres jovens”) dependia das suas características pessoais e da promoção de iniciativas, na base do programa da *Ratio Studiorum*, mas sempre sob vigilância do reitor e Perfeito (Gomes, 1991). Os professores tinham uma elevada carga letiva – curricular (humanidades e gramática, ciências, filosofia, história, etc.). Um dos meios para promover a eficácia desse ensino eram as reuniões periódicas dos professores, onde analisavam e avaliavam o progresso do rendimento e comportamento dos alunos nas aulas. É óbvio que todo o corpo docente tinha que ter mérito para estar no colégio, uma adequada preparação científica, saber aplicar os métodos, cumprir o regulamento interno e cumprir as ordens provenientes do reitor e do perfeito. A metodologia da pedagogia do ensino jesuítico baseava-se nos elogios, na emulação, atribuição de prémios e méritos pelos professores (Carvalho, 1986). Registava-se e analisava-se periodicamente as dificuldades, os defeitos e propunha-se soluções a determinadas situações de aprendizagem e de

adaptação dos alunos internados (e externos). O trabalho eminentemente educativo/pedagógico dos jesuítas desgostava os liberais, na época, que preferiam que se dedicassem aos aspetos religiosos e sociais da comunidade (Ribeiro; Bulhões, 2014).

A pedagogia constituía o caminho pelo qual os professores acompanhavam os alunos no seu crescimento e desenvolvimento. Aquela era, pois a arte e a ciência de ensinar, não se reduzindo a uma simples metodologia. Ou seja, a pedagogia no colégio incluía uma perspectiva do mundo e uma visão de ideal de formação na pessoa humana. Este era o objetivo e a finalidade a que se dirigia os diversos aspetos educativos. Essa visão do mundo e o ideal educativo dos jesuítas assentavam nas “Caraterísticas da Educação da Companhia de Jesus” (Revuelta González, 1998). De facto, a Pedagogia Ignaciana assume este lema e sugere ainda modos explícitos pelos quais os valores jesuíticos se integravam no processo ensino-aprendizagem. O objetivo último da educação era o crescimento integral da pessoa humana orientada à ação, isto é, a ação no âmbito espiritual e em Jesus Cristo no homem para os outros (Lopes, 2018). Ora essa ação expressava compreensão reflexiva e vivenciada, pela contemplação, de tal modo que os alunos deveriam ter domínio de si, poder de iniciativa, integridade e exatidão. Esses objetivos pedagógicos exigiam uma total e profunda formação da pessoa humana, um processo educativo contínuo, que convergia para a excelência, para o esforço de superação, para o desenvolvimento das potencialidades/qualidades, de modo a integrar a dimensão intelectual, moral, o rendimento escolar e tudo o que tinha a ver com a dignidade humana. A experiência, a ação, a reflexão e o ambiente institucional (regras) constituíam as traves mestras da aprendizagem (Romeiras, 2015).

3.-Os espaços como construção socio-histórica e cultural

Efetivamente, o espaço é um elemento determinante na formação da personalidade e da mentalidade dos indivíduos e dos grupos. A apropriação

de um espaço (físico-social) proporciona a consciência e o sentido de si mesmo e do grupo, que A. Viñao Frago (2004) designa por “território” e, por isso gera-se uma convivência “espaço-território”. Assim, os espaços, que são suportes da consciência e de memória (reproduz recordações), levam inerente o tempo que no caso dos edifícios e espaços são retidos pela sua “monumentalidade” (Viñao, 1994). Na verdade, os espaços são os lugares edificados e não edificados, historiograficamente importantes para analisar o projeto arquitetónico (edificação) e de ensino, neste caso em São Fiel, já que incluem no seu todo: uma disposição espacial, em função da sua especificidade e funcionalidade a que se destinavam; localização no interior do edifício (em especial as salas de aula e de estudo); acessibilidades e articulação com outros espaços (biblioteca); a sua dimensão em função das atividades/tarefas a que eram destinados; a disposição no projeto do edifício.

É evidente que os espaços outorgam qualidade ao ensino, condicionando, favorecendo ou dificultando o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos colegiais. Todo o espaço tem um caráter educativo, pois qualquer espaço desenhado é protagonista no processo ensino-aprendizagem, ao garantir a formação integral (Rosa, 2004). O espaço edificado, num estabelecimento de ensino, apresenta características físico-cartográficas, expressivas e simbólicas, possuindo a dimensão comunicativa que influencia e regula os comportamentos dos alunos. Assim, o espaço é um recurso educativo e um aspeto básico na organização da instituição educativa, por duas razões: importância das interações do aluno com as propriedades de contexto em que está situado (enfoque ecológico da teoria de Bronfenbrenner); valorização pedagógica da aprendizagem por descoberta, dos processos de auto-organização cognitiva dos alunos (enfoque do construtivismo social e da cognição situada, por exemplo de Vygotsky e Leave) e do papel indireto na gestão do ambiente educativo, por parte do professor (Gomes, 1995). Não nos esqueçamos que o espaço é um elemento material, um meio que as instituições educativas possuem, definindo-se como continente (desencadeia processo de aprendizagem) e conteúdo (condiciona os saberes, destrezas e atitudes) nas várias situações de ensino-aprendizagem.

Na verdade, as escolas são lugares em que os alunos ocupam enquadrados por espaços (interiores, exteriores) edificados (arquitetura escolar) destinados à realização de atividades (extra)escolares, onde se manifesta formas de cultura material escolar (Viñao, 2004). O espaço e o tempo no âmbito escolar constituem os elementos fulcrais que marcam o funcionamento e o ritmo do processo de ensino – aprendizagem (escolarização), nas instituições educativas (Viñao, 1998). Sabemos que o espaço invade, preenche todas as atividades das instituições educativas, educa, socializa e promove a convivência e as relações inter/intrapessoais, na base de valores ministrados. Os próprios espaços são disparadores que favorecem, condicionam ou dificultam as interações educativas, a comunicação e o processo de ensino-aprendizagem (Viñao, 2008). Há, pois uma dialética relacionada com os espaços (abertos, fechados, interiores, exteriores) na sua estrutura morfológica, com a sua materialidade e funcionalidade e, ainda com os processos de comunicação e modelos relacionais (Escolano Benito, 2000). A análise aos espaços escolares exige ter em conta as estruturas morfológicas materiais, as relações inter espaços, as atividades neles realizados e à dimensão simbólica. Neste cenário coreográfico espacial compreenderemos a mobilidade, a dinâmica e os métodos ou estratégias de intervenção das pessoas que utilizam aqueles espaços, a materialidade e artefactos escolares, ou seja, o pensamento-ação (professor e aluno) entre o pensado, o prescrito, o físico (real) e o vivido (experencial), numa “configuração pedagógica e arquitetónica escolar” (Escolano Benito, 2003, p. 57).

Na verdade, há uma relação do espaço escolar com a arquitetura e/ou construção escolar (edifícios) constituindo no seu conjunto o património histórico-educativo da cultura material escolar.

“(...) el edificio escolar, sus diversos espacios, los muros, las paredes, ventanas, puertas y muebles, junto con los rincones exteriores, jardines y espacios abiertos” se constituyen en “elementos activos que conforman la experiencia de la escuela y la comprensión de la educación” (BURKE, 2005, p. 494-495).

O complexo edifício do Colégio de São Fiel constitui uma “construção monumental”, que foi erguido com investimentos económicos dos jesuítas, em várias fases (1878 até 1901), seja por construção e edifícios, seja por ampliação de fachadas e espaços, podendo destacar-se nessa monumentalidade arquitetónica edificada de rés-do-chão e 2 andares: o vestíbulo/hall de entrada com um corredor amplo, com pavimento em pedra e paredes com azulejos azuis, decorado com estátuas, desenhos, quadros, alegorias e símbolos religiosos; espaços de direção, gabinete do médico (antropométrico), secretaria, economato, sala de recebimento dos familiares; salas de aula e de estudo, biblioteca, laboratórios, gabinetes (física, química), museus; capela, salão de atos; refeitórios, cozinha, despensas, rouparia, etc. Nos dois andares restantes os alunos eram distribuídos por idades, e neles situavam-se além de salas de aula par o nível complementar e secundário, as camaratas (por grupos), dormitórios dos professores, duches e lavabos, salas de lazer, enfermaria, quartos de isolamento), com escadarias amplas de acesso, para além do observatório na parte mais alta do edifício (Lopes, 2002).

Os colégios dos jesuítas apresentam espaços não edificados para a prática de jogos e de ginástica bastante amplos. É verdade que nos espaços interiores havia um jardim rodeado por um claustro (resíduo da época de seminário) e nos exteriores estavam rodeados por autênticos parques de arbustos, árvores e flores. Os espaços destinados à prática desportiva (jogos de movimento, recreativa ou de ginástica eram pátios abertos ou campos nas traseiras ou laterais aos edifícios (futebol e outros jogos coletivos começam a finais do século XIX), por vezes cobertos com arcos elevados em metal.

Havia também salas para a prática de jogos recreativos ou de ocupação dos tempos livres (salas de convívio) com armários e mesas. Os ginásios propriamente ditos para a práticas de exercícios de ginástica (a ginástica era uma área complementar, como a música), não contemplada no plano curricular começam nesta altura (década de 90 do século XIX), com trapézios, barras, cordas, paralelas, pesos, escalas, etc. Em geral, os colégios prestigiavam muito estes espaços desportivos (Ferrão, 1910). Trata-se de uma nova dimensão educativa o cuidar do corpo, unindo-se a à vertente

higiênica e de corporeidade. De facto, a ginástica pedagógica e/ou educação física nos colégios dos jesuítas incidiam numa intenção de educação para a saúde, desenvolvimento do corpo e, simultaneamente da inteligência, para evitar os excessos do intelectualismo.

4.-Espaço e tempo escolar: fatores determinantes da formação

Dissemos que espaço e tempo escolar interligam-se, pois representam dimensões da mesma realidade educativa e estão presentes na organização físico-social e educativa do colégio. Ou seja, os espaços e os recursos físicos da educação geram o(s) tempo(s) educativo(s) (Escolano Benito, 2000). A distribuição interna dos espaços edificados no Colégio refletem a relevância atribuída às funções e às atividades propostas, existindo uma lógica interna na localização dos espaços (vestíbulo de entrada/hall, sala de visitas, salas de aula, salas de professores e reuniões, biblioteca, serviços administrativos e de direção, capela, casas de banho, refeitórios/cozinha, vestíbulos, laboratórios, gabinetes de ciências, museus, etc.), relacionado com as funções disciplinares ou de vigilância (visibilidade e controlo), acessibilidade de proximidade e distanciamento (direto, indireto), dimensões, disposição, etc. (Viñao, 2008). O dispositivo cultural, configurador de uma instituição educativa, analisa-se à luz da sua vida escolar e, daí essa cultura escolar, no contexto histórico, constitui o '*sítio histórico*' onde se exerce a governação, o poder, os discursos e fazemos as interpretações e relatos dessa instituição (Julia, 2001, p. 9).

A)-Função e especificidade dos espaços escolares

O espaço e o tempo no Colégio S. Fiel era simultaneamente de trabalho e de ensino, constituindo a vida escolar dos alunos. Neste estabelecimento jesuíta o ensino era essencialmente oral, sendo necessário que o aluno retivesse o que foi dito. Para melhor memorizar, obrigava-se a repetir. Esta conceção pedagógica era coerente: organizar o seu

funcionamento, a sua repartição do tempo em função dos objetivos. A metodologia do ensino das lições, no espaço escolar de aula, ia desde o exercício “perguntas”, em que os alunos, divididos em grupos, questionavam-se uns aos outros, através de um tipo de memorização dos textos, das regras de gramática, estudadas na lição precedente, convertendo-se num aspeto de combate e de jogo (Ferrão, 1910). Durante as “repetições” os alunos repetiam, efetivamente, a lição de cor.

O ambiente físico das salas de aula era um fator crucial no processo de aprendizagem, tornando-se muitas vezes no terceiro educador. Por isso, a aula evidenciava como os alunos se comportavam e aprendiam no lugar que ocupavam na no púlpito/cadeira e os recursos (material) que utilizava. As salas de aula apresentavam uma dimensão retangular, com uma disposição do mobiliário e material (quadro, *mapa mundi*, mapas, símbolos), acorde com a especificidade do espaço para os fins do ensino, bem ventilado e iluminado pelo exterior. A própria disposição das carteiras e mesas dos alunos (filas) e a localização da secretária do professor confirmem esse modelo de ensino. O professor controlava diretamente esta dinâmica, chamando um a um os alunos ao pé de si para a lição, além disso, o batimento das palmas indicava o início e término da aula. A organização do espaço era fluida muitas vezes “[...] sem especialização de funções, sem compartimentações rígidas, quer de alunos, quer de matérias, quer de espaço, quer de tempo” (Barroso, 2001, p. 68).

Numa perspetiva didática, havia três momentos diferentes que, mutuamente, se interagiam entre si: a preleção – elemento central da pedagogia inaciana, com uma diversidade de métodos utilizados pelo professor (exigência de preparação e formação); a repetição (exercícios) do aluno das questões mais importantes e úteis, exercitando a memória e realizando atividades (preparação, explicação, reflexão), numa metodologia própria (repetir, ouvir os outros, apresentar as dificuldades e recurso ao professor para resolver problemas); a aplicação do saber em exercícios práticos, num processo metodológico rigoroso (composição, debate entre alunos e exercícios em grupo com presença do professor) (Gomes, 1991).

Todo o processo ensino-aprendizagem ancorava-se numa tríade de aspetos pedagógicos: papel do professor jesuíta em facilitar a aprendizagem, com preparação e exposição da lição (Rodrigues, 1917); trabalho do aluno na assimilação e compreensão do explicado (memória); relação pedagógica entre professor-aluno mediatizada pela matéria correspondente, recorrendo às técnicas de análise e de aplicação (orientação do professor em tutoria) num trabalho pessoal com os alunos. Ora tudo isto, era o resultado das regras comuns e diferenciadas, quer para os professores das diferentes matérias, quer para as disciplinas específicas dos cursos ou classes (Lopes, 2002, p. 113-114). A harmonia pedagógica e a ordem cíclica, a graduação, as atividades e a expressão, constituíam os elementos relevantes dessa metodologia de ensino, com o recurso a materiais didáticos sugeridos pelos professores (manuais, antologias, gramáticas, dicionários, almanaques, compêndios e livros recomendados), existentes na biblioteca.

As práticas organizacionais de divisões e decúrias eram limitadas por critérios. Por exemplo, a colocação do lugar na classe/turma e nas carteiras, poderiam ser atribuídas com critérios, para que os alunos refletissem a ordem de mérito. O mais frequente era que essa distribuição dos alunos na aula refletisse o seu *status* social e da família. Por outro lado, os professores jesuítas, geralmente, não classificavam formalmente os trabalhos ou testes dos alunos, mas sim listavam-nos publicamente em ordem de mérito pelos seus resultados, oscilando entre ‘aprovado’ (ordem de mérito) e ‘não-aprovado’.

B)- A representação do tempo escolar na vida escolar

O tempo escolar nos colégios dos jesuítas reveste-se de uma dimensão explícita na imposição da disciplina e da submissão (Reuelta González, 1998). O comprimento rigoroso do horário e da assiduidade são formas de controlar e de disciplinar, o não cumprimento é considerado um delito punível pelas leis escolares (Escolano Benito, 2003). Um outro elemento marcante, que a tradição liberal tinha distinguido, é a permeabilização recíproca de vida privada e vida pública, da vida e do

tempo privados e da vida e do tempo na escola – quer para professores, quer para alunos. Assim, o tempo escolar é compreendido como uma construção social, cultural e social, insere-se no contexto de institucionalização da educação graduada como um componente primordial, pois permitiu ordenar, graduar e seriar o processo de aprendizagem (Domenech; Viñas, 1997). O sentido processual e cíclico, a fundamentação de caráter (âmbito moral), e a psicopedagogia do ensino no Colégio davam um valor especial, principalmente à organização dos estudos, à divisão e à graduação das classes/turmas e à elaboração dos programas das disciplinas (Lopes, 2018; Rosas, 2004).

Já dissemos que o método *Modus Parisiensis*, adotado pelas escolas/colégios jesuítas, era considerado a melhor pedagogia de tal modo que essa “*maneira parisiense*” incidia na organização do tempo escolar. A análise ao horário fornece-nos de imediato uma ideia geral do colégio dos jesuítas no tempo histórico (Husti, 1985, p. 117). Essa organização do tempo escolar nos colégios jesuítas, oriundo do Collège de Montaigne (1503-09), permaneceu ao longo dos tempos, incluindo colégio de São Fiel:

Manhã: 8h – 10h Lições; 10h – 11h Perguntas; 11h – 12h Perguntas; 12h – 13h Refeição; 13h – 14h Repetições (Sala de estudo).

Tarde: 14h – 15h Lições e das 15h – 16h Lições; 16h – 17h Perguntas; 17h – 18h Perguntas; 18h – 19h Refeição; 19h – 20h Repetições (Sala de estudo).

Como se pode observar o dia escolar é constituído por quatro horas de lições e quatro horas de exercícios variados. Esta organização demonstra como a repartição do tempo era característica da conceção global do ensino nos espaços. Percebemos, pois que há uma pedagogia subjacente: valorizar os exercícios como as lições.

Em seguida, analisamos o ritmo do ensino aprendizagem no espaço escolar de sala de aula. A *preelectio*, preconizada na *Ratio*, constituía o modelo dos professores jesuítas guiados pela *docendi peritissimis*. Era o fulcro central da instrução no Colégio ao pretender o desenvolvimento da comunicação e expressão do aluno, a partir da concentração, do empenho e estudo (exercitação da memória, da imaginação e da razão). Compunha-se,

em primeiro lugar pela “explicação” nas aulas: leitura e resumo do texto seguido da explicação argumentativa do professor, resolvendo as partes mais difíceis (terminologia, vocabulário, gramática, ordem e articulação de argumentos ou frases, sintaxe, composição, etc.) (Lopes, 2018). As ideias eram mais importantes que as palavras ou citações. Seguiu-se a fase da composição centrada na ação do aluno: reprodução do modelo exposto ou da aula/lição (processo repetitivo e de síntese diária, exceto sábados e feriados). Os preconceitos contra a memória ou contra a repetição e estudo constante pressupõe a noção clara de que a aprendizagem constituía um processo pessoal que envolve mais do que o intelecto ou a simples percepção.

Após a *preelectio*, os exercícios consistiam em repetições orais, composições escritas, declamações, debates, disputas de perguntas e respostas, concursos de poesia e prosa, exposição pública de poesias, e até representações teatrais, ora com a simplicidade de meios da sala de aula, ora com a solenidade dos atos públicos (Carvalho, 1986). Até no lazer, a *Ratio* se exercitava nos alunos, através das *Academias*, que eram uma espécie de clubes em que a produção literária era estimulada entre os melhores alunos, como forma de recreio e de distinção acadêmica. As “disputas” semanais e mensais estavam organizadas por graus ou níveis, estabelecendo-se a forma, o conteúdo, a periodicidade e participação dos alunos. O Prefeito determinava o “quê”, o “onde” e “quando” se reuniam as classes para essas disputas entre si.

A Gramática e a Língua Latina eram ensinadas em três classes distintas, cada uma com o seu professor, “[...] o qual se ocupará apenas dos seus próprios alunos” tudo indica que assistimos à introdução do ensino por classes e de um professor responsável por um grupo de alunos (Gomes, 1991, p. 141) Na sequência da divisão em classes, é estabelecida a distribuição das matérias em níveis sucessivos: “[...] Em cada uma das três classes, além das lições, far-se-iam correntemente ‘repetições, interrogatórios, competições entre alunos, composições, declamações e outros exercícios semelhantes que convenham a cada um’ (Gomes, 1995, p. 47). Sintetizando, o *Ratio Studiorum*, como regulamento dos estudos ministrados nos colégios, era a exposição, longamente elaborada dos

métodos e das regras em uso em todos os estabelecimentos de ensino jesuítas (Lopes, 2002; Revuelta González, 1998).

Por conseguinte, a divisão da classe em dois grupos possibilitava aos alunos se interrogarem mutuamente sobre a matéria, de modo a pôr à prova as suas capacidades de argumentação e imaginação, fazendo uns de advogados de defesa e outros de acusação (Lopes, 2018). Exigia-se a repetição diária das lições aprendidas na véspera e no fim da semana promovia-se as “sabatinas”. De quinze em quinze dias reuniam os alunos de diferentes disciplinas, na mesma sala, a fim de se confrontarem (disputas), mostrando cada aluno os seus próprios conhecimentos, recitando poemas, fazendo discursos ou argumentações fundamentadas (Rosa, 2004). De vez em quando estas atividades eram públicas, exibindo os seus talentos perante gente convidada (programa de sessões da *Academia Literária* e *Academia Científica* do Colégio).

Por outro lado, cabia ao professor levar o aluno a exercitar, não tanto a memória, como a imaginação e a razão. Ele observa, analisa as palavras, ações, o rendimento escolar e disciplinar, compara e critica hábitos impróprios de estudo, desenvolve o gosto pela pesquisa e investigação, tendo em vista a formação do critério numa apreciação pessoal (Franca, 1952, p. 57-58). Nessa metodologia de análise ao processo de aprendizagem utilizava, grelhas de registos observacionais para anotarem a evolução do aluno em aproveitamento e comportamento.

Lembramos que o ensino jesuítico suscitava a emulação, como uma das forças psicológicas eficazes que, no dizer de Rómulo de Carvalho (1986, p. 354), constituía numa “[...] luta pela conquista de posições importantes na classe, pela disputa oral combativa, subtil e incansável, pelos prémios oferecidos aos estudantes mais dotados que recebiam em cerimónias sumptuosas”. Possivelmente, esta foi um dos motivos que levaram as famílias a preferirem o Colégio, desejando o melhor para os filhos.

As horas de estudo não eram excessivas para evitar que a aprendizagem fosse uma carga grande e, por isso, nos sábados reviam as lições/matéria e as academias em dias feriados ou determinados também expunham as suas sessões (Ferrão, 1910). Era uma forma de ocupar os

tempos livres. O funcionamento da biblioteca estava igualmente adequado à organização escolar estabelecida (Barroso, 2019). Os professores preparavam o seu material didático de suporte à aprendizagem e no final do ano preparavam para os alunos a relação de livros e textos necessários aos alunos no curso letivo seguinte e/ou para os exames ao Liceu (Romeiras, 2015).

Paralelamente ao plano curricular estabelecido e ensinado e às correspondentes atividades de cada matéria disciplinar, propostas pelos professores, estes desenvolviam nos alunos outras atividades de complemento na sua formação, mantendo os princípios da pedagogia inacioniana e da *Ratio*. Por exemplo, no Colégio de S. Fiel desenvolveu-se o ensino musical (canto coral), formou-se um orfeão/coro, uma banda filarmónica, muito prestigiada nas redondezas, abrilhantando as festividades da instituição, em atos e festividades. Também se realizaram artes dramáticas, poesia, teatro (encenação, representação de peças profanas e religiosas, de tragicomédias clássicas, dramas de Marcelino Mesquita, etc.), récitas e composições literárias. O Museu de História Natural era um espaço muito interativo (professor-alunos), sendo muito do seu espólio proveniente da pesquisa/recolha de espécies dos professores e das visitas de estudo feitas pelos alunos enriquecendo o museu zoológico e acervo botânico (Barroso, 2019).

Em termos de atividades extracurriculares foram famosos “Simulacros de Guerra” feitos pelos alunos internos do Colégio e com os seus homólogos de Campolide, no início do século 1900-1904, nos espaços não edificadas envolventes ao edifício) Os alunos nesses aparatosos jogos de guerra estavam vestidos com os seus fardamentos a rigor, com espingardas de canos de lata e bombas de pataco à cintura, canhões de ferro fundido e outro armamento, filas de atiradores e acampando em tendas militares, davam um realismo, um empenho e uma teatralidade digna de registo. Logo às 6h:30min as cornetas marciais das forças envolvidas soavam cerca das casas/tendas, num despertar insistente convidando à ação dos alunos fardados como militares em cenário de guerra. Eram comandados em várias línguas pelos professores perfeitos.

Além disso, os alunos realizavam visitas de estudo (espaços envolventes – Serra e povoações limítrofes), tendo em conta três âmbitos (socio)pedagógicos: o contato interativo com a natureza físico-natural e/ou geográfica (no sentido pestalozziano); e o estímulo da curiosidade pela observação científica, prospeção de espécimes vegetais e animais e aplicação do saber teórico; convivência em grupo fortalecendo as relações entre os alunos. Muitas agregações, associações e sociedades recreativas e culturais realizavam visitas ao Colégio convivendo e partilhando os espaços não edificadas com atividades.

Por conseguinte, o tempo escolar nos colégios dos jesuítas dependia, em parte, da oportunidade dada aos alunos de aprender (tempo atribuído para a aprendizagem e estudo) e do seu nível de perseverança (tempo dedicado à aprendizagem e estudo). Assim, o tempo escolar, ou o número total de horas estabelecidas em contexto sala de aula, representava uma parte importante da governança e organização escolar dos referidos estabelecimentos da Companhia de Jesus, constituindo um recurso chave na pedagogia de aprender do aluno. Ou seja, nos colégios o tempo era atribuído para que os alunos aprendessem, dependendo dessa normatividade a qualidade do ensino ministrado, associada à capacidade em compreender o que lhes era ensinado.

Considerações finais

Os jesuítas apresentam uma forte pedagogia que, mesmo discutível no contexto historiográfico, constituiu num aspeto importante na História da Educação, pois serviu de modelo de organização (escolar) do ensino público e de processo heurístico de investigação, com impacto nas instituições jesuítas na Europa e em Latina América (Rodrigues, 1935). Há, pois uma filosofia e um modelo na organização do plano curricular dos colégios jesuítas, numa ênfase às humanidades, aos clássicos da literatura, à história e à língua. Esta constitui a base do método de ensino, considerando o latim como a língua científica ou de veículo da ciência, de tal modo que os

documentos existentes sobre o Colégio de S. Fiel aparecem em latim (obrigatório), assim como alguns dos seus estudos científicos (Rosa, 2004). Utilizaram as ferramentas da “razão” e da “lógica”, problematizando as teses de Descartes e Newton sobre a luz e as matemáticas.

O sistema educativo dos colégios jesuítas era fundamentalmente sólido nos seus métodos práticos, de tal modo que J. Ferreira Gomes (1991, p. 146) considerou que pelas técnicas da *Ratio*, da preleção, concertação, exercícios, estudo e repetição nessas instituições, desenvolveram uma componente pedagógica, que acentuaram uma uniformidade e promoveram um sucesso de aprendizagem na época.

De facto, o método dos estudos possuía uma organização escolar prática, cujas regras normatizam o trabalho educativo de toda a comunidade, a começar pelos superiores da ordem jesuíta, depois deles os reitores, os prefeitos dos estudos; apresentando-se as regras para os professores e respetivas disciplinas e, por fim, as regras dos bedéis, dos estudantes do internato e do externato (Franca, 1952, p. 43). A metodologia de estudo apresentava alguma inovação na conceção do ensino, sendo este humanista, mas mantinha a prioridade das disciplinas vinculadas ao estudo da linguagem – gramática das línguas clássicas, retórica e lógica – acompanhados da aritmética, geometria e noções de história natural. Ao não haver mudança nos conteúdos, a novidade dos colégios foi a clara definição da gradação do ensino pela seriação/graduação das idades, uma deliberação que rompeu com as práticas anteriores que misturavam pré-adolescentes de 10 anos (ingresso) até rapazes com mais de 20 anos.

O ideal educativo no Colégio São Fiel no período dos séculos XIX e início do XX, insistia na otimização do tempo de escola, o que demandava uma disciplina rígida para a transmissão de conteúdos considerados indispensáveis para a formação, habilitando o aluno à prática da ciência e saberes científicos.

Na verdade, há, na nossa perspetiva uma tríade de valores positivos nessa pedagogia de ensino:

(a.)-O cuidado na seleção e preparação intensa dos professores, exigindo-lhes aptidões e um carácter especial. Daí que em S. Fiel não fugiu

à regra, havendo famosos professores e investigadores, por exemplo: Joaquim da Silva Tavares (1866-1931), Luís Gonzaga Cabral (1866-1939), José da Cruz Tavares (1847-1916), Cândido Mendes de Azevedo (1874-1944), Luís Gonzaga de Azevedo (1867-1935), etc.

(b.)-O conhecimento e o tratamento pessoal psicopedagógico dos alunos pelos professores (intuição psicológica), em que cada aluno era estudado, vigiado, atendido individualmente (tutória) e exigindo carácter e capacidades para as atividades (curriculares, estudo e comunitárias) e cumprimento disciplinar.

(c.)-Uma formação integral baseada numa educação intelectual (e científica), humanística, social, física, estética e moral/cívica, desenvolvida nas atividades curriculares e extracurriculares, jogos no recreio, visitas de estudo, representações teatrais, expressões dramáticas, representações literárias, etc.

Por outro lado, relativamente à organização do ensino, o Colégio adaptou-se, nos finais do séc. XIX, aos preceitos da Reforma de Jaime Moniz (em 1894-1895), passando a consignar alguns aspetos pedagógicos, muitos deles já praticados na instituição:

i.)-O sentido de classe (disposição dos alunos na sala) e a matéria ministrada. Os programas das várias disciplinas eram redigidos de modo que em cada classe elas correspondessem, quanto fosse possível, ao mesmo grau de desenvolvimento mental do aluno, cumprindo-se sempre o programa oficial vigente (Rodrigues, 1935). Os factos condensavam-se em generalizações, de forma significativa e ampla, compatíveis com o desenvolvimento intelectual dos alunos e dos seus conhecimentos. A apropriação dos conteúdos curriculares fazia-se metodologicamente com processos de descoberta, resolução de problemas e aplicação. A aprendizagem relacionava os saberes adquiridos com os conhecimentos anteriores e com contributos de outras áreas científicas

ii.)-Problemática do horário escolar de manhã e de tarde com ensino teórico (preleção e reflexão) e ensino prático/experimental (gabinetes, laboratórios, museus) Na dimensão médica e psicopedagógica, os jesuítas compreenderam que o controlo induzido do tempo contribuiria para a

ritualização e formalização dos comportamentos dos alunos (Lopes, 2002). A tecnologia do horário teve, desde sempre, o propósito de se inscrever na estrutura da personalidade e de se interiorizar como relógio social do aluno colegial (Rosa, 2004). As visitas de estudo e as excursões (Casas de Campo – acampamentos) destinavam-se ao estudo das ciências físicas e/ou naturais, da geografia e da história, as quais não colidirem com as restantes atividades das outras disciplinas. Estas iniciativas de atividades extracurriculares efetuavam-se na Serra da Gardunha envolvente ao colégio e em regiões limítrofes.

iii.)-Tempo de estudo relacionado com o número das disciplinas, do conhecimento aprofundado e reflexivo, segundo a área do saber científico, pondo à prova a capacidade de intelectualização do aluno (Escolano Benito, 2000).

iv.)-Organização escolar. Era um ensino reflexivo, tendo em conta que a transmissão de conhecimentos preceituava a presença dos “objetos” e a sua observação ou “descrição”, ou seja, da observação do real à intuição e dedução (Ferrão, 1910).

v.)-Disciplina e cumprimento dos deveres e obrigações estabelecido no Regulamento. No quadro dos deveres dos alunos e de administração da disciplina escolar, todo o aluno tinha a obrigação de ser pontual, respeitar os Prefeitos e professores, prestando-lhes: respeito/obediência; dar-se bem com os colegas (Franca, 1952).

vi.)-Desenvolvimento de uma cultura do carácter, incorporando além das habituais: educação moral, educação física e educação musical (canto coral) o desenho e trabalhos manuais e várias atividades extracurriculares (Rosa, 2004).

vii.)-Avaliação formal e respetiva valorização e preparação para o exame liceal. As avaliações curriculares no Colégio consistiam em provas escritas e orais (Lopes, 2018). A avaliação da matéria era um instrumento de “pressão sistemática” sobre o aluno, incentivando-o ao trabalho, à concentração e ao estudo, em “classe” e em cada disciplina, consistindo no trampolim de preparação e admissão ao exame liceal, tendo como meios de

reforço o estudo com os colegas e as tutorias com o professor (Gomes, 1991).

Por conseguinte a exigência de qualidade do ensino em São Fiel era enorme, requestada ou reconhecida pelas famílias dos alunos e por estes mais tarde (memórias ou recordatórios nas suas obras), tal como os retiros, atividades ao ar livre, os exercícios (extra)curriculares e espirituais e muitas outras atividades culturais, sociais e científicas, muito inovadoras na época. O Sj M.M. Lopes (2002, p. 63) ao referir-se à pedagogia jesuíta diz que “são os dons interiores que devem dar a eficácia aos exteriores em relação ao fim que se pretende” por parte dos alunos, na construção da sua formação humana.

Este colégio, com o seu sólido e enorme edifício sumptuoso, cercado por uma imensa quinta, faz-nos reviver a sua memória histórica, reconstituída pela historiografia, desde o período de assistência e de ensino, como estabelecimento particular e, depois como instituição pública dedicada à reeducação de menores (reformatório e depois instituto de reeducação). O Colégio de São Fiel permanece ainda na memória individual e coletiva das gentes da região, oriunda dos discursos e narrações orais dos tempos passados, quando a comunidade e as povoações vizinhas se beneficiavam da sua atividade, pois aquela instituição foi um dos mais conceituados colégios de ensino no séc. XIX e inícios do séc. XX em Portugal e daí os seus contributos à História da Educação e do Ensino em Portugal no seu contexto socio-histórico.

Referências

BARROSO, Ana Filipa Gama *Os jesuítas e a ciência em Portugal nos séculos XIX-XX a história das coleções do colégio de São Fiel no museu da ciência da Universidade de Coimbra*. 2019. 224f. Dissertação (Mestrado em Património Cultural e Museologia) – Departamento História da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2019.

BARROSO, João. *O século da escola, do mito da reforma à reforma de um mito*. O século da escola, entre a utopia e a burocracia. Porto: ASA, 2001.

BURKE, Catherine. Introduction. Containing the school child: architectures and pedagogies. *Paedagogica Historica*, v. 41, (4-5), p. 489-494, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/00309230500165635>.

CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: F.C.G., 1986.

DOMENECH, Joan; VIÑAS, Jesús. La organización del espacio y del tiempo en el centro educativo. Barcelona: Ed. Grao, 1997.

ESCOLANO BENITO, Agustin. *Tiempos y espacios para la escuela*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000

ESCOLANO BENITO, Agustin. Escenografías escolares: espacios y actores. In: VV. AA.: *Etnohistoria de la Escuela*. Burgos, Universidad de Burgos, 2003, p. 365-375.

FERRÃO, Pedro. *A educação jesuítica*. Colégio de S. Fiel. Lisboa: Ed. Guimarães, 1910.

FRANCA, Leonel, SJ. *O método pedagógico dos Jesuítas*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

GOMES, Joaquim Ferreira. O ‘Ratio Studiorum’ da Companhia de Jesus. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, v. XXV, n. II, p. 131-154, 1991.

GOMES, Joaquim Ferreira. *Para a história da educação em Portugal*. Porto: Porto Editora, 1995.

HUSTI, Aniko. *Temps Mobil*. Paris: INRP, 1985.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LAGES, António Mendes. *O Sr Marianno de Carvalho e o Colégio de S. Fiel*. Coleção dos artigos publicados nos nº 144 a 146 na “Cruz do Operário” pelo seu diretor. Lisboa: Typ. Da Cruz do Operário, 1883.

LOPES, José Manuel, Sj. *O Projeto Educativo da Companhia de Jesus: Dos exercícios espirituais aos nossos dias*. Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Filosofia, 2002.

LOPES, José Manuel, Sj. *A Pedagogia da Companhia de Jesus: Contributos para um diálogo*. Braga: Axioma, 2018. DOI: https://doi.org/10.17990/Axi2018_9789726972860.

REVUELTA GONZÁLEZ, Manuel. *Los colegios de los jesuítas y su tradición educativa (1868-1906)*. Madrid: UPC- Universidad Pontífica de Comillas, 1998.

RIBEIRO, Marília de Azambuja; BULHÕES, Arthur Feitosa de. Os colégios jesuítas de Portugal e a Revolução Científica: Inácio Monteiro e a receção das novas teorias da luz em Portugal. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 18, n. 1, p. 27-34, jan./abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.4013/htu.2014.181.03>.

RODRIGUES, Francisco, SJ. *A formação intelectual do jesuíta*. Porto: Magalhães & Moniz, 1917.

RODRIGUES, Francisco, SJ. *A Companhia de Jesus em Portugal e nas missões – Esboço histórico, superiores, colégios, 1540-1934*. (2. ed.). Porto: Apostolado da Imprensa, 1935.

ROMEIRAS, Francisco Malta. *Ciência, Prestígio e Devoção: Os Jesuítas e a Ciência em Portugal (séculos XIX e XX)*. Cascais: Lucerna, 2015.

ROSA, João Mendes. *Colégio de S. Fiel (1852-1910): Ecos de Memória*. Coimbra: GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 2004.

VIÑAO, António. Tiempo, historia y educación. *Revista Complutense de Educacion*, v. 5, n. 2, p. 9-45, 1994.

VIÑAO, António. L'espace et le temps scolaires comme objet d'histoire. *Histoire de L'Éducation*, Madrid, n. 78, p. 89-108, 1998. DOI: <https://doi.org/10.3406/hedu.1998.2984>.

VIÑAO, António. Espacios escolares, funciones y tareas: La ubicación de la dirección escolar en la escuela graduada. *Revista Española de Pedagogía*, Logroño, año LXII, n. 228, p. 279-304, mayo/ago. 2004.

VIÑAO, António. Escolarización, edificios y espacios escolares. *Participación Educativa*, Madrid, n. 7, p. 16-27, 2008.

Data de registro: 09/03/2025

Data de aceite: 03/12/2025